

*José Katito\**

**Repensando a política etnográfica de Angola. Uma resenha de Jon Schubert, *Working the System: A Political Ethnography of the New Angola*, Cornell University Press, 2017.**

### **1. Introdução**

Os conteúdos do texto *Working the System* de Jon Schubert, publicado em 2017, convidam a uma reflexão sobre as relações de poder entre cidadãos e política em Angola que continuam atuais até hoje. Daqui, o propósito de oferecer uma breve análise sobre este livro, cuja abordagem metodológica e cujas conclusões poderão, provavelmente, serem utilizadas para contextos parecidos ao angolano, tais como Moçambique ou outros países africanos lusófonos. O texto pode ser reconduzido à categoria da antropologia urbana do poder. Ou, para usar a sua própria linguagem, trata-se duma antropologia dos sentimentos dos cidadãos para com o poder, que transcende o Estado, na quotidianidade urbana da Nova Angola. Trata-se de uma pesquisa de entrelaços de sentimentos de identificação, medo e melancolia espacial, mas também de nostalgia pela modernidade prometida por grandes eventos como a independência, o fim da guerra civil e o crescimento económico, na onda dos discursos de reconstrução nacional e justiça social. Assim, o texto apresenta uma rica fenomenologia do poder na sociedade angolana pós-bélica, caracterizada por um liberalismo económico desregulado e um neo-autoritarismo estatal que restringem o crescimento da sociedade civil.

### **2. Uma perspectiva contra-intuitiva do relacionamento cidadão-poder**

Observando as práticas e os discursos que revelam as representações sociais dos angolanos relativamente à política na vida quotidiana, o texto aborda a relação do povo com o poder, uma relação que é dialogicamente construída, constantemente negociada, subvertida e reconstruída. Quer dizer, viver em Angola hoje exige das pessoas domínio de códigos e práticas que lhes permita funcionar no *sistema* e fazê-lo funcionar. Concretamente, embora o *sistema* limite simbolicamente e materialmente as suas possibilidades, as pessoas vivem, trabalham, amam, sonham e aspiram neste contexto político-social.

A de Schubert é uma perspectiva contra-intuitiva e inovadora, na medida em que, em vez de recorrer a conceitos analíticos como tradição, memória, identidade e corrupção, *Working the System in New Angola* ilustra como os actores sociais forjam, promovem e alteram tais linguagens nas suas interações quotidianas com o poder. O contexto-base da pesquisa é o contexto urbano que,

abandonando o meio rural, é dinâmico e repleto de aspirações, seja a nível prático que imaginário. Luanda é apresentada como a realidade efectiva nas vestes de modelo de projecto político e laboratório de toda Angola, por força do Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), partido dominante e no poder desde a independência em 1975. De facto, lê-se, Luanda amalgama e condensa a disjunção entre a história oficial e as memórias efectivas. Amalgama e condensa as simbologias e as práticas de identidades raciais e de classe, de parentesco e do fazer dinheiro. Luanda revela claramente os três elementos constitutivos do sistema, na leitura de Schubert: racionalidade, desigualdades e tensões intrínsecas. O boom económico e a construção de novas cidades-satélite na década 2004-14 exacerbaram as desigualdades e a violência institucional, com expulsão dos pobres de assentamentos informais das periferias urbanas.

### **3. O lugar da pesquisa: Luanda**

O texto é abundantemente informativo com respeito às estratégias de sobrevivência das pessoas através do trabalho, empregos múltiplos, estudos académicos e vida familiar em circunstâncias precárias e de oportunidades escorregadias. A escolha da metrópole de Luanda revela-se adequada, não só em virtude da tendência à urbanização da população, mas também e sobretudo pelo facto de a reconciliação nacional limitar-se à (re)construção de infraestruturas, incluindo a edificação de cidades-satélite, sendo Luanda o território privilegiado de tal projecto para satisfazer estrategicamente as necessidades habitacionais da população e da classe-média em crescimento.

A pesquisa de que este resulta é etnográfica do ponto de vista metodológico e empírico, realizada na metrópole de Luanda em 2011. É interessante a compreensão da co-produção da hegemonia, nas narrativas populares da política e nos contrastes entre estas e os discursos académicos sobre a Nova Angola. É formidável a plenitude do círculo de informantes de Schubert, composto por pessoas de variadíssimos estratos e identidades sociais, com as quais ele interagiu e conversou em seus contextos de vida quotidiana: de intelectuais e burocratas a vendedores ambulantes e miúdos engraxadores, passando por veteranos de guerra e altos clérigos. Isto permitiu à pesquisa validar a ideia antropológica segundo a qual a observação de grandes eventos como as eleições em Angola e em África em geral, notavelmente insignificantes do ponto de vista da mudança social, não permite perceber como os cidadãos tentam articular demandas políticas e negociam-nas num quadro da cultura política socialmente estabelecida. As competências linguísticas e os contactos pessoais de Schubert ajudaram no processo e são dignos de nota.

### **4. A abordagem teórica**

A abordagem teórica é ecléctica, atingindo a várias fontes de inspiração intelectual. Mas é fundamentalmente gramsciana e pós-estruturalista *à la* Foucault. De facto, recorrendo ao conceito de

hegemonia, Schubert sonda a dispersão do poder, os seus micro-processos de transação, logo o protagonismo, na construção do poder hegemónico, dos estratos sociais excluídos dos benefícios materiais do poder institucional. Estamos perante uma tentativa de compreender os modos como a sociedade lida com a autoridade política, concebe as iniquidades e, conseqüentemente, busca possibilidades de mudança no dia-a-dia. Então, segundo esta análise, os compromissos em que as pessoas se engajam para poderem navegar na vida quotidiana ofuscam a separação entre “eles” e “nós” e tornam complexo o processo de cooptação criativa nas práticas económicas, políticas e administrativas na Angola contemporânea. A cidadania e a agência são questões de relação entre o Estado e a sociedade.

Assim, Schubert desafia e considera insuficientes os discursos académicos que privilegiam explicações sobre a Nova Angola baseadas nas ideias deterministas de cultura política autoritária, patrimonialismo, clientelismo e trauma histórico da guerra. Esta última faria emergir constantemente o espectro da guerra civil, o que supostamente paralisaria a sociedade. Pelo contrário, em *Working the System in Angola* Schubert defende que o conceito de clientelismo, em particular, pode ser útil na análise da política de alto nível, mas não da política do dia-a-dia. Quanto à “cultura do medo”, esta é, no entender de Schubert, mais latente do que manifesta, na medida em que, apesar de terem crescido desde 2011, as repressões violentas dos supostos dissidentes do partido no poder raramente são actuadas na vida quotidiana da população. A “cultura do medo” seria, portanto, um senso comum que serve para explicar a fraqueza do engajamento cívico e político dos cidadãos. Serviria também para apelar à calma e ordem. Logo, “embora seja limitada a participação cívica e política da população, Angola não pode ser classificada como um regime ditatorial totalitário”. Ainda assim, tal afirmação não leva Schubert ao outro extremo, também sustentado pela literatura, que pinta Angola como um regime de democracia liberal em transição da guerra civil à paz e estabilidade. O cerne da questão é, na sua obra, como um sistema de iniquidades políticas e dominação económica é reproduzido não pela coerção brutal, mas pelas contradições da vida social. Por exemplo, diz Schubert, se por um lado os cidadãos denunciam a “desafricanização” das elites no poder por falta de interesse pelo bem-estar da população, por outro lado, eles próprios sustentam e reproduzem um projecto de sociedade “civilizada-moderna”, substancialmente urbana e anti-indigenista.

## **5. A estrutura do texto**

Estes aspectos são magistralmente tratados nos seis capítulos que compõem o texto. Parte da análise dos fundamentos da Nova Angola, tendo como Ano Zero 2002, quando terminou a guerra civil entre o MPLA e a União da Independência Total de Angola (UNITA), abordando questões centrais que permitem a compreensão profunda do país. O distrito suburbano do Sambizanga figura como ponto de observação de como, por exemplo, a degradação do espaço físico evoca sentimentos de perda,

nostalgia, melancolia, violência e medo, e como tais sentimentos informam a relação dialógica dos habitantes com o poder (cap. 1 e 2). Segue a discussão da ideia de angolanidade, mediadora da urbanidade, entendendo-a como uma noção ambígua, que envolve identidades de raça, classe, etnicidade e nacionalismo, sendo estas categorias escassamente definidas e resolvidas pela política formal (cap. 3). As cunhas, segundo a visão dos entrevistados, habitantes do *sistema*, não são tratadas como formas *puras* de corrupção e nepotismo, mas como conectores interpessoais, para benefícios individuais, por meio de redes informais, incluindo as de parentesco. Mesmo para a população menos desfavorecida, o insustentável custo de vida, os constantes cortes de electricidade e água e as formalidades duma burocracia estatal ineficiente implicam o recurso a *esquemas* que “facilitam” as actividades essenciais, incluindo serviços públicos e privados, biscatos e pequenos negócios. Assim, as cunhas constituem um *jeito*, cuja análise desencantada permite ao pesquisador Schubert colher a complexidade concatenação entre a classe, o parentesco e a autoridade na análise das múltiplas relações quotidianas entre o estado e a sociedade (cap. 4 e 5). Deste modo, percebem-se os desejos de enriquecimento rápido dos luandenses e dos angolanos, em contraste com a brutal pobreza da maioria, enquanto efeito material e simbólico do crescimento económico e da mercantilização da política e da cultura do consumo – do período pós-guerra e do boom do petróleo. Tal dinâmica é esclarecida explicando a “cultura do imediatismo” reinante na sociedade angolana, problematizando-a como uma forma de participação dos cidadãos na política e na economia, e de limitação da dominação hegemónica, abrindo espaço para a contestação do regime e a reconstrução do *sistema*. A análise da “cultura do imediatismo” também serve ao autor para ilustrar as formas de cooptação pelo poder e de cumplicidade com ele, figurando para as pessoas uma situação ambivalente de “contra o sistema, mas dentro do sistema”, por meio da qual os cidadãos não são somente “vítimas” do poder, mas também seu co-constructores no dia-a-dia (cap. 5 e 6).

## 6. Um sistema “mau”

O sistema é descrito pelo informantes de Schubert como “mau”, considerando-se dominados por aqueles que o gerem. Mas, ao mesmo tempo, eles utilizam-no a nível discursivo e prático como dispositivo moral e material da ordem política e sócio-económica, na qual e através da qual eles inevitavelmente se movem. Para o povo, afirma Schubert, o *sistema* funciona de modo capilar como um conjunto interligado de regras e diretrizes não escritas e mecanismos relacionais que delineiam os parâmetros da política quotidiana, sendo ele inevitável para navegar com “segurança” no mundo da vida tão árduo e desigual. O *sistema* é, para os seus habitantes, objecto de crítica e manual de uso para viver no contexto político e socioeconómico da Angola hodierna. A dimensão crítica no pensamento dos angolanos sobre o *sistema* esclarece os contornos das profundas iniquidades no país e da “construção iliberal da paz”. Isto ajuda Schubert a contrastar a imagem, geralmente veiculada

pelo Estado e algumas organizações internacionais, de Angola como um modelo de sucesso de reconstrução pós-bélica, de modernidade e gestão eficiente de investimentos estrangeiros. Neste sentido o *sistema* é mau, não funciona para a maioria, assere Schubert. Todavia, sondando os meandros da política do quotidiano, da co-produção do poder, o *sistema* evidentemente funciona, contrasta o autor. Apesar da aparente ausência de um contrato social clássico entre os cidadãos e os dirigentes políticos, existe certamente a relação entre os governantes e os governados nos meandros da vida em que a legitimidade política e a autoridade pública são constantemente negociadas e reconstruídas, simbólica e materialmente.

Então a pergunta central é acerca das práticas e das representações sociais que quotidianamente criam, negociam, subvertem e mantêm a legitimidade do poder político. Uma resposta é que, seguindo Gramsci, os dominados em Angola participam na sua subordinação através de rituais e práticas que inculcam valores de fidelidade ao *sistema*, naturalizando e tornando invisível parte das relações de poder na cultura e na sociedade civil. Neste contexto, apesar da estagnação, das barreiras burocráticas e das repressões, as pessoas adoptam estratégias que lhes possibilitam experimentar mobilidade física e social, incluindo aspirações políticas e, conseqüentemente, participam na construção das normas que movem o *sistema*. Assim, o texto sublinha que o *sistema* em Angola, visto fenomenologicamente, é mais do que uma questão relações de classe e de iniquidades económicas. É uma questão de reciprocidade e consociabilidade, aspirações, cumplicidade e criatividade. Nesta trama, o povo e o poder estão inextricavelmente interligados, negociando e reproduzindo mecanismos que fundem o simbólico com o material, isto, o discurso e a realidade, servindo estes de quadro de referência da legitimidade política, o que em parte explicaria a baixa propensão das massas à contestação política aberta. Com um raciocínio sofisticado que leva a conclusões não imediatas, Schubert exemplifica tal complexidade do poder com a natureza das manifestas públicas de dissenso do regime político que se registaram na véspera e após as eleições de 2012: limitado número de manifestantes; uso de linguagem bélica e retórica revolucionária, presentes no repertório cultural, com nomes e vocabulário históricos das lutas anti-coloniais. Segundo o autor, convincentemente, estas manifestações ilustram apropriadamente a ideologia em que, em termos gramscianos, coabitam dominadores e dominados. Quer dizer, manipulando e subvertendo tais códigos estabelecidos para articular os seus interesses, as manifestações modificaram os parâmetros da política, alimentando esperanças de mudanças institucionais e de crescimento da sociedade civil organizada. Denunciando a “cultura do medo” com códigos do dominador, os jovens activistas quebraram as barreiras do pensável e do dizível publicamente. Isto implica que cidadãos ordinários podem expressar aspirações e críticas mesmo quando recordam e temem repressões estatais violentas, desafiando a ideia unidimensional da pervasividade da cultura da violência e da conseqüente impossibilidade de falar de política em Angola. No obstante, ao mesmo tempo, a adopção de tais códigos, em consonância com as repressores que se

prossegiram, contribuiu na reprodução da hegemonia, reforçando a ideia da índole violenta e onipotente do regime político. Isto comporta um limitado impacto no “alvorecer da revolução cidadã em Angola”, razão pela qual, segundo Schubert, a nível prático essas manifestações juvenis têm a ver mais é com o questionamento público do consenso da paz e da estabilidade do período pós-guerra.

Digno de nota positiva para *Working the System in Angola* é também a explicação histórica de como o discurso do MPLA como partido marxista-leninista vanguardista criou nos cidadãos comuns imaginários socialistas de progresso, modernidade, solidariedade e unidade nacional. Esperança seria provavelmente a síntese de tais imaginários, o texto subentende. Relação “negociada” e consenso, resultantes desta identificação dos cidadãos ordinários com o imaginário político, seriam a base do actual *sistema* político neo-autoritário e isto tornaria complexa a distinção entre o povo e o Estado em Angola. Neste *sistema*, lê-se, por exemplo, os idiomas de classe, raça e familismo são polissémicos e ambivalentes, na medida em que são utilizados pelos mesmos actores sociais para exprimir posições aparentemente contraditórias de conformismo e resistência. Nestas aparentes contradições, assere Schubert, os poderosos e os subordinados conjuntamente negociam, reproduzem, subvertem e sustentam o *sistema*. Então, esta obra sonda o autoritarismo estatal na vida quotidiana, concebendo-a como um conjunto de processos culturais.

Em conclusão, focalizando-se nas dimensões recíproca e consensual da relação entre o povo e o poder, em *Working the System: A Political Ethnography of the New Angola*, Jon Schubert delinea os elementos transacionais do *sistema* político-social e discerne os contornos da hegemonia em Angola. Isto revela as conexões entre os “dominadores” e os “dominados”, vistos como actores sociais activos que partilham redes de representações e significações sociais nas práticas e nos imaginários quotidianos. Deste raciocínio resulta uma advertência frutífera a não raciocinarmos em termos binários de resistência e cumplicidade dos cidadãos para com o *sistema* e nos concentrarmos participação por meio da qual eles navegam no *sistema*.

## **7. Conclusões**

O leitor deste livro pode ter a sensação de ele ter omitido, por exemplo, problemas de violência estatal contra mobilizadores de manifestações pacíficas para a boa governação, registada no período entre 2013 e 2017, que causaram a morte de pessoas como os veteranos de guerra António Kamulingui e Isaías Kasule, bem como a prisão dos ditos 15+2 jovens “revolucionários”, sendo o músico Luaty Beirão o mais saliente. Todavia, o autor justamente declara em várias passagens do texto que a sua pesquisa de campo terminou antes de 2012. Mais importante ainda, ele dedica consistente parte do epílogo, em forma de agenda de pesquisa, a estes casos, juntamente com os conflitos mortíferos que envolveram as forças estatais de segurança e a seita adventista *Luz do Mundo*, em 2015, no província

interior do Huambo, cuja a controvérsia culminou formalmente com a prisão do líder da seita José Kalupeteka.

Deve-se também esperar que a possível edição actualizada da obra *Working the System: A Political Ethnography of the New Angola* de Jon Schubert ou qualquer outro trabalho que nela se inspire incorpore as recentes e prolongadas ondas de greves de professores universitários, médicos e taxistas. Em particular, mereceria especial atenção o impacto, na opinião pública, das greves e do assassinio de moto-taxistas por mão das forças de ordem durante manifestações contra a subida do preço da gasolina na cidade do Huambo em 2023. Isto permitiria também alargar o espectro do estudo do poder em Angola além do contexto de Luanda.

Igualmente desejável é uma discussão mais ampla, do que a que consta no texto, sobre *Magnificent and Beggar Land: Angola Since the Civil War*, de Ricardo Soares de Oliveira, de 2015. Sendo esta uma obra de análise de instituições políticas e económicas de alto nível, seria certamente produtivo [Schubert] tentar instruir-nos mais sobre a complementaridade destas duas majestosas narrativas académicas sobre a Nova Angola.

De todos modos, *Working the System: A Political Ethnography of the New Angola* convida qualquer leitor que queira nutrir-se de uma rica narrativa, sobre Angola do pós-guerra, bem fundada em conceitos antropológicos do poder e em dados primários largamente representativos da realidade nacional.

\* Universidade de Luanda

Email: [katjosnaka.isart@gmail.com](mailto:katjosnaka.isart@gmail.com)